



BOLETIM OFICIAL

de São Francisco do Sul

Edição 473

São Francisco do Sul, 15 de agosto de 2017

DECRETO

PORTARIA N. 05, DE 15 DE AGOSTO DE 2017.

DISTRIBUI AS ATRIBUIÇÕES AOS INTEGRANTES DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DO ARTIGO 9º, §1º, DA LEI MUNICIPAL N. 1.862, DE 31 DE JANEIRO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Procurador Geral do Município, no uso de suas atribuições legais conferidas §1º, do art. 9º, da Lei n. 1.862, de 31 de janeiro de 2017:

Considerando a necessidade de regulamentar as responsabilidades no âmbito da Procuradoria Geral do Município e distribuir o trabalho a ser realizado entre os integrantes de forma a tornar o serviço prestado mais eficiente e econômico;

RESOLVE:

Art.1º Atribuir competência:

I - a servidora Advogada Eduarda Alcione da Silva Kirchchoff da Rocha para o assessoramento administrativo e judicial à Coordenadoria de Gestão de Pessoas, à Fundação Cultural, à Secretaria Municipal de Saúde, análise de resgate e transferência de Terrenos Foreiros, assessoria às Comissões de Tomada de Contas Especiais e Processo Administrativo Disciplinar, além de participação e assessoramento a Conselhos na sua área de atuação.

II - a servidora Advogada Thays Camillo Silva de Almeida para o assessoramento administrativo e judicial à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, à Secretaria Municipal de Atendimento ao Cidadão, à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo e Integração e participação e assessoramento a Conselhos na sua área de atuação.

III - a servidora disponibilizada da autarquia SAMAE, Sandra Cristina Stadelhofer Machado, os feitos judiciais e/ou administrativos que envolvam a Autarquia SAMAE, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, à Secretaria Municipal de Educação, bem como, participação e assessoramento a Conselhos na sua área de atuação.

§1º - Será de atribuição do Coordenador Geral da Execução Fiscal todo assunto relacionado à execução fiscal, cobrança de dívida ativa e demais questões tributárias do Município.

§2º - Cabe ao Procurador Geral do Município toda matéria suplementar não relacionado aos órgãos ou entidades não relacionados nos incisos do *caput* e do parágrafo primeiro.

§2º - Poderão os servidores Advogados receber citação nas suas áreas de competência, de acordo com o estabelecido nos incisos do *caput*.

§ 3º - Os servidores Advogados ficarão isentos de suas responsabilidades perante os processos ou procedimentos de sua área de competência quando a citação, intimação ou notificação judicial ou extrajudicial não forem encaminhadas em tempo, ou em até metade do prazo estabelecido pela autoridade judiciária ou norma legal.

§4º - Os servidores Advogados quando na precedência do período de férias deverão programar suas atividades e cumprimento de prazos e manifestações, desde que tenha tomado conhecimento com antecedência.

§5º - No período de férias haverá a avocação das atividades pelo Procurador Geral do Município, ou a quem este indicar expressamente.

§ 6º - Havendo alteração da estrutura Administrativa, permanecerão os servidores Advogados com as atribuições similares ou correlatas.

Art. 2º As atribuições poderão ser avocadas pelo Procurador Geral do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 15 de agosto de 2017.

VÍTOR GUILHERME AGUIAR BARRETTA

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

OAB/SC 46.912